

MIGRAÇÃO E APROPRIAÇÃO DE TERRAS NO TERRITÓRIO DO MATOPIBA EM PORTO NACIONAL - TO

Prof. Ms. Carlos Eduardo Ribeiro Rocha¹
Prof. Dr. Atamis Antonio Foschiera²

Resumo

O trabalho tem objetivo entender o processo de migração e apropriação de terras para produção de soja em Porto Nacional. Em meados da década de 2000 inicia-se a segunda fase da modernização agrícola em Porto Nacional ocasionado pela territorialização do capital privado, baseado na produção de soja. A partir desse momento tem-se um número crescente de empresas de suporte a produção de soja se instalando em Porto Nacional e região. Uma parte dessas empresas ocupam espaços já consolidados e outras estão produzindo novos espaços, principalmente nas margens da TO – 050. Outra característica da produção de soja no município de Porto Nacional é quanto à origem dos produtores, sendo em sua maioria originários do Sul do Brasil, onde migraram, por motivo de programas agrícolas, para áreas do Cerrado, nos estados de Mato Grosso e Bahia e que de forma voluntária estão migrando para o município de Porto Nacional.

Palavras chave: Migração, Agronegócio, Terra.

Introdução

A expansão da modernização agrícola no interior do Brasil se deu por intermédio de programas de desenvolvimento. Na Amazônia Legal esses programas se deram em áreas diferenciadas, e com diferentes formas produtivas, destacando-se a mineração, a criação de gado, a industrialização e a produção agrícola. Dentre os programas de desenvolvimento agrícola, se destacou a produção de soja, principalmente em áreas de Cerrado.

Programas como o Prodec, Polocentro, Prodoeste, tiveram, dentro dos seus objetivos, a expansão da fronteira agrícola via produção de soja. Nestes programas incentivou-se a migração dirigida de produtores rurais do centro-sul do Brasil para as regiões Centro Oeste e Norte, no intuito de ocupar espaços ditos “vazios” com produtores que já tivessem um *Know how* na produção agrícola em larga escala e voltada, principalmente, para o mercado externo.

No norte goiano e atual estado do Tocantins, foram implantados projeto de incentivos agrícolas tanto por parte do governo federal como de governos estaduais. Esses projetos estão

¹ Universidade Federal do Tocantins – cadusophia@gmail.com

² Universidade Federal do Tocantins – foschieraa@mail.uft.edu.br

distribuídos em diferentes regiões do estado e se caracterizam pela desapropriação de áreas ocupadas e repassadas a produtores rurais externos àquelas áreas. Também tiveram projetos de incentivo à aquisição de terras, custeio de máquinas e implementos agrícolas, etc., visando formar e incluir produtores locais no processo de modernização agrícola. No caso de Porto Nacional, destacou-se o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra).

Em Porto Nacional a modernização agrícola teve como referência a ação do Estado, por intervenção da ACAR - GO (Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás), que foi substituída pela EMATER - GO (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), atual RURALTINS (Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins).

Esse município passou por uma onda modernizante no final da década de 1970, na década de 1980 e os primeiros anos de década de 1990, implantados pelos aparelhos de Estado mencionados acima, sendo a soja um produto de destaque. A expansão da CAPOOL - Cooperativa Agro-Pecuária Portuense Ltda., contribuiu para a referida modernização. Uma retração da produção agrícola ocorreu no início da década de 1990, relacionada à diminuição do apoio do Estado a esta atividade. A partir dos primeiros anos da década de 2000 tem-se uma nova onda de expansão da produção agrícola em Porto Nacional.

Como consequência dessa onda modernizante, a região centro-sul do estado do Tocantins, principalmente no município de Porto Nacional, vem ocorrendo mudanças significativas em seu espaço urbano e rural. Um dos motivos visto por essa pesquisa para tais mudanças, e que foi o centro das discussões, é a ampliação de áreas de produção de soja nesse município, assim como a consequente modernização no modo de produzir e comercializar da região.

Metodologia

Foram consultadas bibliografias referentes ao tema pesquisado, envolvendo o entendimento sobre território, modernização agrícola e desenvolvimento regional (com ênfase no sudeste da Amazônia Legal). Em seguida foram realizados levantamentos de campo onde prevaleceram entrevistas com diferentes agentes da modernização agrícola; aplicação de

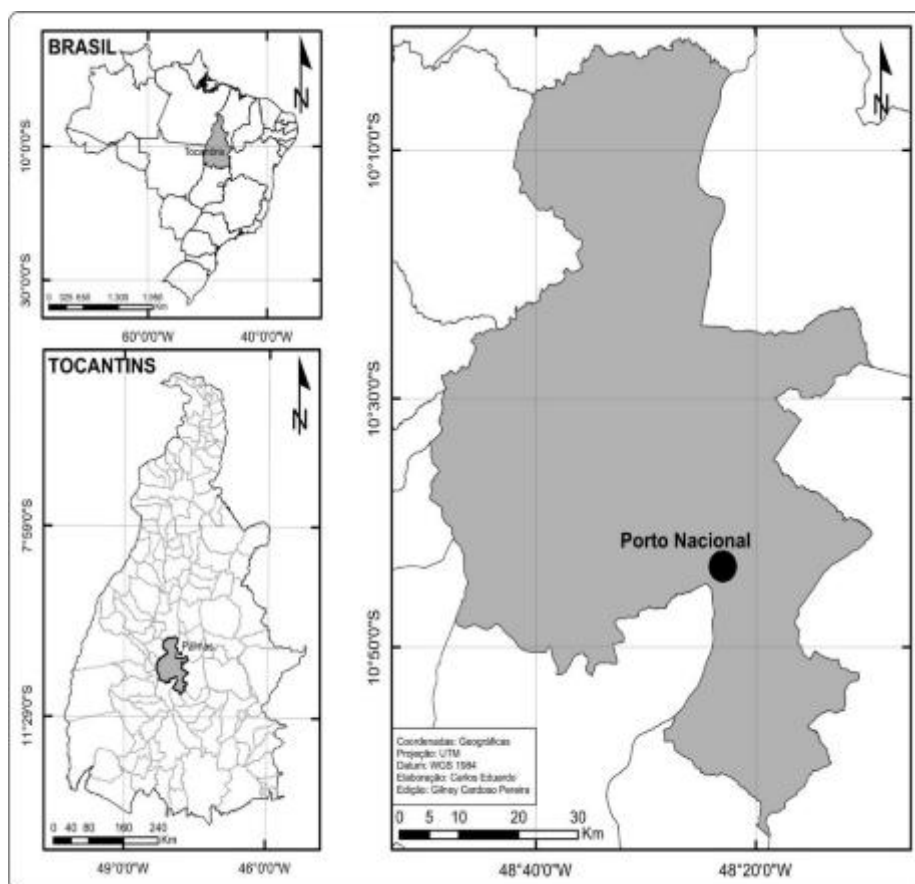
questionários. Os levantamentos de campo junto a produtores rurais foram através de: (a) visitas a propriedades produtoras de soja onde foram feitas três entrevistas a produtores e observação do processo de produção, (b) aplicação de questionários a onze produtores de soja onde foram coletados dados referentes à vida social e dados da propriedade.

Relações de Poder na Apropriação de Terras e Migração em Porto Nacional

Um dos polos de atração no Tocantins que vem crescendo nos últimos 10 anos em volume de produção e comercialização de soja está centrado no município de Porto Nacional, um município que tem em sua gênese a exploração de ouro e o comércio, representado física e sócio culturalmente pela existência do Rio Tocantins.

Este polo de atração, que vem se consolidando no município de Porto Nacional (figura 1), e que no momento se encontra em fase de estruturação, tem trazido uma lógica diferente às praticadas no antigo norte goiano, hoje Estado do Tocantins, ao longo de sua existência.

Figura 1 - Localização da Área de Estudo.



O município de Porto Nacional está localizado na microrregião de Porto Nacional e na mesorregião oriental do Tocantins, possuindo uma área total de 4478,52 km². Segundo dados censo realizado pelo IBGE, em 2010, o município tem uma população de 49.146 habitantes e uma densidade demográfica de 10,97 hab./km². O IDH do município em 2010 era de 0,740, situando-o na faixa de desenvolvimento humano alto. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,826, seguida de Educação, com índice de 0,701, e de Renda, com índice de 0,699 (ATLAS BRASIL, 2013).

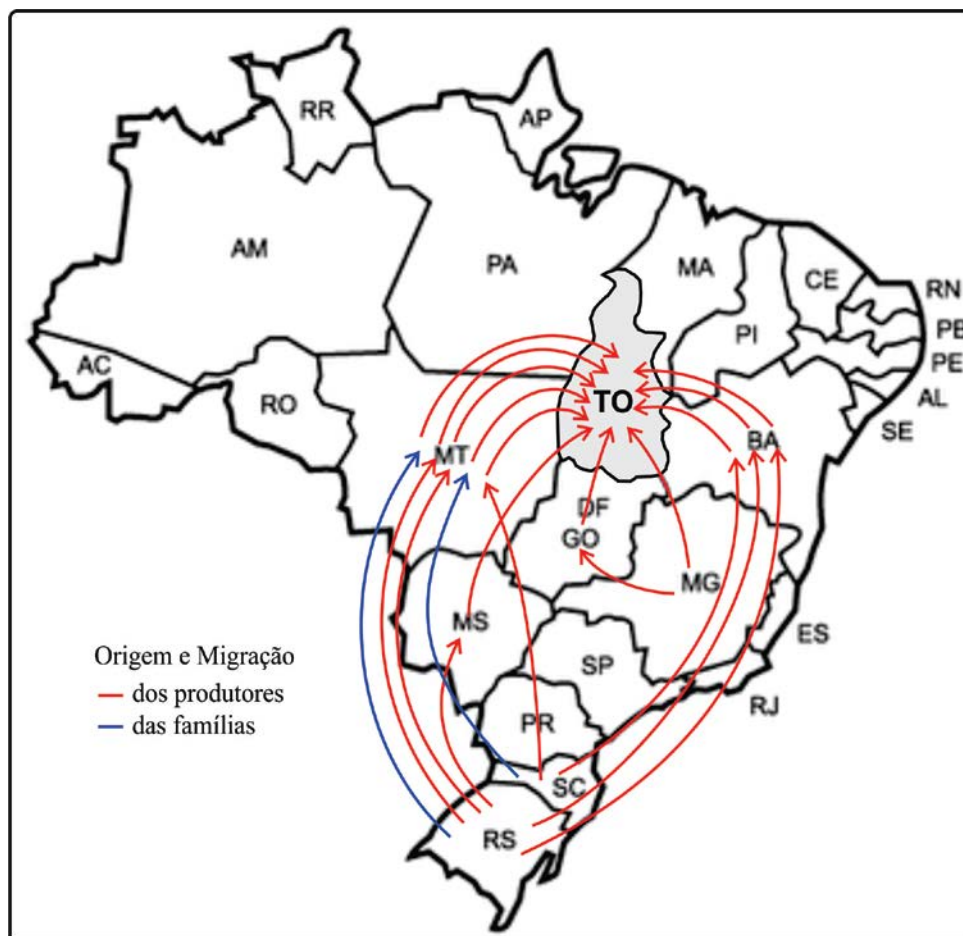
Segundo as informações coletadas pela ADAPEC-TO - Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins, referente ao ano de 2013, que levantou dados de localização das propriedades produtoras de soja em Porto Nacional, neste ano havia 12 produtores e 19 propriedades que tinham a produção de soja como atividade principal neste município. No levantamento de campo, que foi realizado para esta pesquisa, foram entrevistados 11 produtores que possuem áreas de produção de soja em Porto Nacional.

Os dados levantados pela pesquisa revelam que, a grande maioria dos produtores³ (81,82%) que produzem soja em Porto Nacional tem como origem familiar estados do Sul do Brasil. O desenvolvimento das lavouras de soja neste município está sendo protagonizado, predominantemente, por produtores naturais dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Dentre os 11 produtores entrevistados, cinco são do Rio Grande do Sul, dois são de Santa Catarina, dois são de Minas Gerais e dois são nascidos no Mato Grosso, mas tem origem familiar no sul. O mapa de origem e migração dos produtores de soja (Figura 2) apresenta o movimento de migração feito pelos produtores de soja entrevistados. São famílias que se deslocaram nos anos de 1970, por ocasião dos programas oficiais de colonização, ou nos anos de 1980 e 1990, inseridos nas colonizações privadas, ou, mais recentemente, atraídos pela rentabilidade da lavoura para os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia, e que agora se deslocam em direção a esta fronteira agrícola.

³ Dados referentes ao universo dos 11 produtores entrevistados.

Figura 2 - Mapa de origem e migração dos produtores de soja.



Fonte: Dados da pesquisa. Organizado pelo autor. Edição: Pereira, Gilney.

Existem os produtores que são naturais do sul do Brasil (Rio Grande do Sul e Santa Catarina⁴), que migraram principalmente para os estados do Mato Grosso e Bahia, e que agora migram novamente para esta fronteira agrícola. Carvalho destaca que a produção de soja no Rio Grande do Sul teve início em 1914, se expandido consideravelmente a partir da década de 1960, formando gerações de produtores, que iriam posteriormente abrir novas fronteiras agrícolas.

⁴ Estão representados no mapa na cor vermelha. Os naturais do estado de Minas Gerais, também estão representados nessa cor.

Há produtores naturais do Mato Grosso que também vieram para Porto Nacional, porém estes tem como origem familiar a região sul⁵, cujos pais migraram para Mato Grosso e os filhos estão migrando para novas áreas de fronteira.

Os produtores de Minas Gerais apresentam características diferenciadas dos demais quanto ao contato com a produção de soja. Enquanto os de origem do sul tiveram contato com a soja a partir da influência familiar, os mineiros seguiram outro processo. Um deles teve contato com a produção de soja, via programa do governo o Prodecer I, no município de Iraí de Minas onde foi selecionado para participar do programa, migrando posteriormente para Goiás, onde também produzia soja. O outro produtor teve contato com a produção de soja através do curso de agronomia, cursado em Minas Gerais. A família deste não é produtora de soja naquele estado, sendo que em 2004 compraram terras em Porto Nacional e pela primeira vez iniciaram a produção de soja.

Com a chegada desses produtores, vem ocorrendo, novamente, um efeito de distinção entre o que é local e o que é de fora no contexto da produção agrícola.

Esse encontro entre o “Eu” e o “Outro”, que em muitos casos são conflituosos, principalmente quando se dá em terras de sociedades tradicionais, nos mostra a dimensão da problemática da terra no Brasil (MARTINS, 1997). De um lado estão aqueles que se movimentam em direção à modernização, ampliação da monocultura e do capital, os denominados modernizadores, e do outro, aqueles que pensam a terra como parte de si mesmo, como necessário a sua existência e apenas para seu autoconsumo. Tais agentes devem ser analisados e repensados no contexto de avanço de fronteira agrícola, principalmente na Amazônia Legal, onde a diversidade cultural é nítida em relação ao uso da terra.

A territorialização desses novos agentes (sulistas, empresas de assistência técnica, de venda de máquinas e insumos agrícolas, de sementes, etc..) em áreas de fronteira agrícola, impõe uma dinâmica sociocultural nova no território. Esses novos agentes se diferenciam nitidamente no contexto urbano rural que se inserem, seja pela técnica que utilizam na agricultura, na fluidez que impõe ao território (tempo rápido), ou nas práticas culturais (festas, alimentação, etc.).

⁵ Estão representados no mapa na cor azul.

No caso de Porto Nacional, em que grupos se mobilizam nesse momento para expandir a produção de soja, o jogo da distinção toma como referência, principalmente, elementos que demarcam maior eficiência na ocupação do território e uso dos recursos naturais, como por exemplo: produtividade requerida da terra, domínio tecnológico, geração de emprego, movimentação de capital, forma de gestão, domínio do mercado local.

Segundo Castrillon Fernández:

Um “novo” espaço de produção é construído juntamente com “novos espaços de relações sociais”, cuja disposição dos agentes concorre para a mobilização de diversos tipos de recursos (terra, tecnologia, crédito, força de trabalho, infraestrutura etc.), considerados “necessários” para a continuidade da expansão das atividades agrícolas. (CASTRILLON FERNÁNDEZ, 2007, p. 4).

Além de processos físico-químicos no uso da terra que particularizam os agentes pelo seu modo de produzir, a etnicidade também é um componente que age como distinção nas relações sociais que vem se formando em Porto Nacional. Outras dessas distinções, por exemplo, é a formalização de uma rede gaúcha (CTG) que está sendo estruturada e que vai dar mais ênfase a essa diferenciação sociocultural visivelmente existente nesta sociedade. Para Castrillo Fernández (2007, p. 6), “a construção da identidade gaúcha no contexto da ocupação da Amazônia se realiza na interação (interdependência) com outros grupos sociais: ao mesmo tempo em que produz mecanismos de fortalecimento do grupo (mecanismos de identificação) produz referências que os distanciam de outros grupos”.

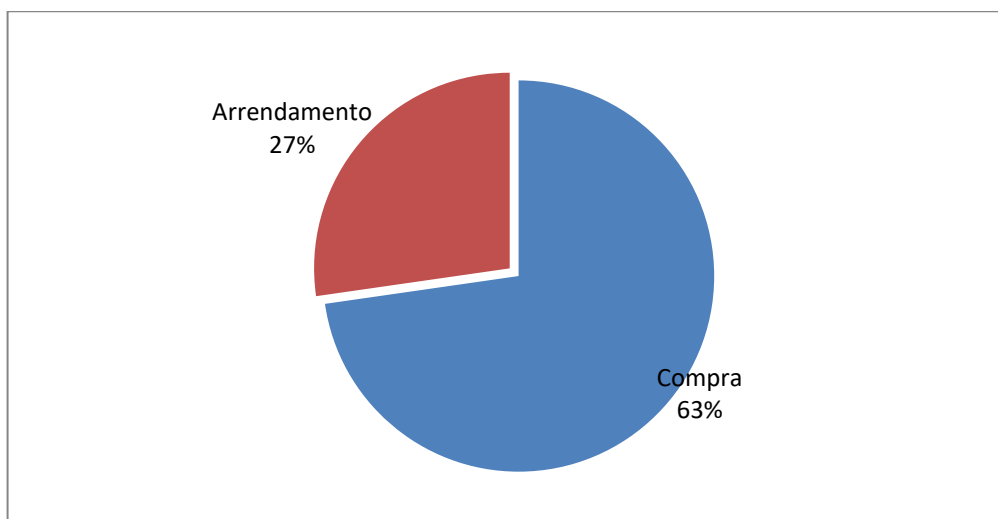
Quando se pensa em soja em Porto Nacional, esta diferenciação da população local se revela de forma mais clara ao se ter contato ao que Fernandes (2008), se refere a “território do agronegócio”. Uma vez inserido nesse território, propiciado pelas idas a campo, foi possível ter contato com uma gama de agentes, que fazem parte desse processo de expansão do agronegócio, que se estrutura aqui. Uma característica constatada nesses contatos, e que apoia a ideia de diferenciação, é a de que não há produtores de soja originários do município de

Porto Nacional⁶. Os sojicultores, nesse sentido, são diferenciados da população local, pelo fato de saberem que, quem produz soja não é portuense.

Houve conversas com trabalhadores rurais, produtores, empresários, bancários, agentes públicos e nenhum desses souberam apontar um produtor de soja que seja natural deste município. Dessa forma, a produção de soja no município de Porto Nacional têm, em uma de suas distinções, além dos fatores econômicos, etc., o fator sociocultural muito aparente, no que diz respeito à fisionomia e a traços culturais⁷.

Quanto à forma de domínio sobre a área plantada, 27% dos entrevistados disseram ser arrendatários e 63% disseram ser proprietários (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Formas de aquisição de terras em Porto Nacional.



Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo relatos dos entrevistados, os proprietários de pequenas áreas, por não terem recursos para investir e competir no mercado de grãos e, também, pela oferta de preços de compra por parte dos produtores de soja estar acima das praticados entre os compradores locais, acabaram vendendo suas terras. Já os proprietários com áreas maiores, conseguiram ficar com a terra, pois seria mais vantajoso o arrendamento.

⁶ Não se descarta a possibilidade de haver produtores nativos de Porto Nacional, porém no universo desta pesquisa, estes produtores não foram encontrados, e, também não foram citados nas entrevistas.

⁷ Por exemplo, não é difícil ver pessoas no cotidiano tomando chimarrão em espaços públicos e privados em Porto Nacional.

As áreas adquiridas pelos produtores de soja entrevistados foram adquiridas entre 2004 e 2013 (tabela 1), sendo que, no ano de 2003 foi instalada a primeira empresa de originação de soja neste município, a Bunge Alimentos, reforçando a ideia de que, a não ampliação no início da produção de soja em Porto Nacional ainda em 1982, e a estagnação dessa produção até 2003, está ligado principalmente à falta de empresas que comercializassem o grão.

Tabela 1 – Propriedades pesquisadas produtoras de soja.

	Propriedades	Data da obtenção	Área (ha)	Tamanho
01	Nossa Senhora do Carmo	2012	5.500	Grande
02	Faz. Frigovale.	2012	4.500	Grande
03	Faz. Brasil.	2004	3.500	Grande
04	Faz. Santo Antônio.	2007	3.000	Grande
05	Nossa Senhora Aparecida	2011	908	Média
06	Faz. Esperança.	2009	850	Média
07	Faz. Panambi	2007	714	Média
08	Faz. Rib. Manduca	2013	700	Média
09	Faz. Dona Iracema.	2005	600	Média
10	Faz. Mato Escuro II.	2010	502	Média
11	Faz. São Gabriel.	2004	320	Pequena

Fonte: Dados da pesquisa. Organizado pelo autor.

Outro fato em relação às áreas com produção de soja é quanto ao tamanho, sendo encontradas propriedades com 320 ha a 5500 ha, que vão de pequenas propriedades a grandes propriedades, sendo que as propriedades de tamanho médio predominam.

Em entrevista com o produtor José Roberval Becker, sobre o tamanho das áreas de produção de soja aqui e em Luiz Eduardo Magalhães, o mesmo relata que:

Eu era produtor em Luiz Eduardo Magalhães, e tinha uma pequena área. Não consegui produzir mais lá e arrendei 700 ha para produzir soja aqui. Aqui é bem diferente, lá as áreas são muito grandes, os proprietários são de outros lugares e nem moram nas fazendas. Lá é muito difícil encontrar os donos das terras, essa conversa que a gente tá tendo aqui seria muito difícil você fazer com os produtores de lá. As áreas aqui não são tão grandes e na maioria das vezes somos nós mesmos que moramos e trabalhamos na terra. Eu compro nos mercados locais eu vou a missa, já conheço muita gente da região. Aqui tá acontecendo diferente do que aconteceu lá. (Entrevista realizada no dia 09/03/2015).

Essa entrevista com o Sr. José Roberval foi feita no meio da sua produção de soja, onde o mesmo estava borrifando agrotóxico. O fato é que, essa fala segue os mesmos padrões de outras entrevistas realizadas com agricultores, onde oito moram nas fazendas e três nas áreas urbanas de Porto Nacional ou Palmas. Por diversas vezes, as entrevistas com os produtores não aconteciam como o planejado, pois os mesmos se encontravam nas lavouras ou consertando seus tratores, como ocorreu algumas vezes.

O que ficou evidente na pesquisa é que, nas relações de poder da produção de soja estabelecida em Porto Nacional, no que se refere à aquisição de terras por parte dos produtores, o que vem acontecendo até o momento é que, não está havendo conflitos pela posse de terras nesse município, no que Fernandes (2008) denomina de tipos de território, ou seja, território do agronegócio em relação aos territórios indígenas e quilombolas.

A demanda por terra neste município, neste momento apresenta-se com quantidades de ofertas equivalentes a procura, segundo os entrevistados. Vale destacar que, a produção de soja em Porto Nacional está passando por um processo de estruturação, apresentando aumento nos índices de área colhida todo ano.

No levantamento de campo nas propriedades produtoras de soja foi constatado que, em sua maioria elas têm tamanhos médios e grandes, sendo predominantes os imóveis de tamanhos médios⁸.

Mesmo com o fato dos imóveis apresentarem em sua maioria, tamanho médio, e evidenciado uma presença permanente de produtores morando nas fazendas, isso também despertou saber sobre o aumento ou diminuição da população rural neste município, já que, a tendência brasileira de modernização no campo é o aumento da tecnificação, via

⁸Segundo a EMBRAPA (2012), a pequena propriedade possui dimensões de até 4 módulos fiscais e a média propriedade possui dimensões superior a 4 módulos até 15 módulos fiscais e grandes propriedades possuem acima de 15 módulos fiscais. Já, um módulo fiscal no município de Porto Nacional equivale a 80 ha.

mecanização, associado a grandes propriedades, em detrimento da manutenção de propriedades camponesas/familiares, e o trabalho manual produzido pelos trabalhadores rurais. Neste sentido foram levantados alguns dados populacionais do Tocantins e Porto Nacional. (Tabela 2).

Tabela 2 – População do Tocantins e de Porto Nacional – TO.

Estado/Município	População Urbana		Variação	População Rural		Variação
	2000	2010	%	2000	2010	%
Tocantins	858.915	1090.106	26,91	296.998	293.339	-1,23
	38.743	42.435	9,5	6.223	6.711	7,19

Fonte: IBGE, 2013. Organizado pelo autor.

Segundo os dados do IBGE, do último censo realizado em 2010, a população rural no município de Porto Nacional, vai à contramão do que ocorre no estado do Tocantins. Enquanto no estado os índices mostram uma diminuição da população que vive no campo, em Porto Nacional houve um crescimento desse índice, chegando a ficar próximo do índice de crescimento da população urbana.

Para entender esse processo de aumento de capital no setor do agronegócio em Porto Nacional e o contraditório aumento de sua população rural, tomaram-se duas hipóteses para compreender tal conjuntura.

Essas hipóteses foram elaboradas com intuito de apontar possíveis motivos para o crescimento da população rural de Porto Nacional, tendo em vista que, a tendência da apropriação do campo pelo agronegócio é a diminuição dessa população. Foi tomado como princípio para formulação das hipóteses o conceito de tipos de territórios elaborado por Fernandes (2008), sendo que, a primeira hipótese para aumento da população rural de Porto Nacional está vinculada ao aumento no número de trabalhadores rurais no território do agronegócio e a segunda hipótese está vinculada ao aumento de trabalhadores rurais no território do campesinato.

A primeira é a de que, mesmo com os moradores locais vendendo ou arrendando suas propriedades, os produtores que as adquiriram, continuaram morando nelas. Neste caso, as

áreas compradas ou arrendadas por produtores de soja, seriam em sua maioria, fazendas onde os proprietários locais não teriam residência no campo e sim na cidade, passando assim há ter um número maior de pessoas na zona rural, com a chegada dos produtores e seus funcionários. Certo é que, mesmo com o aumento de áreas de produção de soja, a população rural no município de Porto Nacional cresceu. Um ponto que deve ser elencado é o de que, nas propriedades que agora produzem soja, segundo dados da pesquisa, há uma média de 10 trabalhadores rurais em cada propriedade, além da família do produtor, sendo que parte destes reside nessas propriedades.

A segunda e última hipótese surgiu a partir de dados coletados no INCRA – (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), sobre a criação de projetos de assentamentos e de reassentamentos rurais de barragens em Porto Nacional (Tabela 3). Um dos motivos para essa hipótese foi a formação do reservatório da Usina Luis Eduardo Magalhães⁹, onde em 2002, com o aumento do nível do Rio Tocantins, muitas famílias de ribeirinhos que moravam em suas margens, na área urbana e rural, foram reassentadas.

Tabela 3 – Projetos de Assentamentos e Reassentamentos de Barragem em Porto Nacional criados entre 2000 e 2009.

Nome dos Projetos	Famílias Assentadas	Data da Criação
PA ¹⁰ Pau D' arco	47	22/02/2000
PA Zé Pereira	44	16/04/2003
PRB ¹¹ Córrego da Prata	57	22/05/2005
PRB São Francisco de Assis	39	22/09/2005
PRB Flor da Serra	33	22/09/2005
PRB Brejo Alegre	04	22/09/2005
PRB Pinheirópolis Rural	14	22/09/2005
PRB Luzimangues	63	22/09/2005

⁹ O reservatório abrangeu áreas de 6 municípios, sendo que dos 12 reassentamentos rurais instalados, 7 foram alocados em Porto Nacional. (Investco, 2001).

¹⁰ Projeto de Assentamento.

¹¹ Projeto de Reassentamento de Barragem.

PRB Mariana	14	22/09/2005
PA Matão	22	23/11/2005
PA Bom Sucesso	32	22/09/2006
PA Terra Prometida	36	15/12/2009

Fonte: INCRA, 2015. Organizado pelo autor.

Pelos dados do INCRA (2015), Porto Nacional possui 18 projetos de assentamentos e reassentamentos, desses, 12 foram criados de 2000 a 2009, mesmo período do censo realizado pelo IBGE (2000/2010). O total de famílias assentadas chegou a 405 nessa década, sendo essa, uma das hipóteses para o aumento no número de pessoas no campo em Porto Nacional. Tratam-se esses dois fatos como hipóteses, pois um estudo mais apurado seria necessário para elucidar tal conjuntura, e que, nesse momento, esse trabalho não o tem por objetivo.

Sobre o grau de especialização dos produtores de soja que foram entrevistados, dos 11 apenas um já exerceu a atividade de bancário, os outros sempre trabalharam na agricultura. Sobre o nível de escolaridade, dos 11 são três agrônomos, um administrador e um formado pelo IFTO – Instituto Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional em agronegócio, quatro são técnicos agrícolas, e apenas dois possuem o ensino fundamental.

Os dados tornam perceptível a qualificação profissional dos produtores de soja, seja em nível superior e/ou técnico voltado a essa produção.

A respeito dos investimentos feitos para a safra 2015, dez dos entrevistados disseram que recorreram ao Banco do Brasil, Banco da Amazônia ou as *tradings*, principalmente a Cargill e Fiagril para financiar a produção, que não se restringe só a soja, claro que ela é produzida em maior quantidade, mas na entressafra da soja são plantados, com maior frequência o milho e o sorgo.

Quanto à comercialização, dez dos onze produtores disseram comercializar sua produção no Município de Porto Nacional e apenas um comercializa em Palmas, sendo que dez produtores fazem venda antecipada e seis deles disseram terceirizar a colheita e o transporte. Os 100% dos produtores disseram possuir, trator, grade, arado, plantadeira, pulverizador e triturador, que são usados tanto na produção da soja, do milho e do sorgo.

A cerca das relações existentes entre os produtores e os órgãos públicos e entidades religiosas, apenas um produtor é filiado ao sindicato rural de Porto Nacional e dois são associados à Aprosoja. Apenas um disse recorrer ao RURALTINS (Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins), para serviços de assistência técnica, sendo que nove recorrem a empresas privadas e um diz fazer sua própria assistência técnica. Do total, cinco disseram frequentar as igrejas católicas locais.

Quanto ao uso de substâncias químicas utilizadas para produção de soja, 100% disseram ter aplicado adubos químicos e agrotóxicos em suas lavouras. Segundo a fala de um dos entrevistados “seria impossível ter a produtividade que temos hoje sem o uso de agrotóxico”. Com relação à destinação do lixo produzido nas fazendas que fazem parte da pesquisa, um produtor disse que queima seu lixo, outros setes produtores disseram que enterra, um disse lançar a céu aberto e dois entregar seu lixo a coleta pública.

Questionados sobre as más condições da ponte sobre o rio Tocantins em Porto Nacional, e se esse fato já trouxe transtornos para produção e comercialização da soja em suas propriedades, os produtores foram unânimes em dizer que sim. Houve reclamações, como por exemplo: multas por trafegar com carga acima do permitido, isso por que há uma restrição de peso para tráfego sobre a ponte, devido suas más condições, ter que fazer rotas mais longas aumentando o frete e o custo da produção, dificuldade na venda da produção pelos produtores do lado esquerdo do rio Tocantins para a empresa Bunge Alimentos, e dos produtores do lado direito para Granol¹². Outra reclamação sobre a restrição é o preço do frete para compra do calcário, pois o mesmo vem de Natividade - TO e por esse motivo, precisa seguir por palmas.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelos produtores para produzir soja no município de Porto Nacional, dez dos onze entrevistados colocaram a falta de mão de obra qualificada como um dos gargalos para se produzir, cerca de 80% dos produtores disseram contratar mão de obra de fora do município, geralmente trabalhadores rurais com mais experiência na produção de soja. Falta de variedades adaptadas à região (seleção genética), fator climático, logística, rodovias e serviços de manutenção foram citados como fatores que dificultam a produção de soja em Porto nacional.

¹² Até o ano de 2014, a Granol armazenava grãos apenas do lado esquerdo do rio, onde possui silos. A Granol esmagadora que fica na margem direita do rio, começou a receber soja a partir da safra deste ano. A ponte sobre o rio Tocantins em Porto Nacional está com tráfego restrito desde 2011.

Ficou explícito nas conversas com os agricultores que, o baixo preço das terras foi um dos principais motivos para produzir nessa região. Os produtores que chegaram aqui em 2004 relataram que, no início encontraram bastante dificuldade para produzir, pois havia poucas empresas que comercializavam adubos químicos e havia somente a Bunge Alimentos para vender a produção, ficando o produtor dependente do preço oferecido por ela.

Assim, o avanço da produção de soja em Porto Nacional, identificado pela ampliação da área cultivada, pela produtividade, pelo volume da produção, é acompanhado, também, por um verdadeiro processo de formação social. Diferentes agentes criam relações de interdependência, que podem ser manifestadas pelas formas diferenciadas de produção, de uso tecnológico, de modos de vida e de manifestações culturais, marcando a coexistência entre o Eu e o Outro, entrelaçados neste território.

Considerações

A produção agrícola em Porto Nacional inicia sua expansão de áreas de forma mais acentuada a partir de 2003. Pode-se analisar esta expansão como uma segunda fase da modernização agrícola neste município. Enquanto na primeira fase os agentes modernizantes foram o Estado e a presença de produtores locais, na segunda fase os agentes modernizantes são o capital privado e a migração de produtores especializados.

Em um contexto geral, a produção de soja no município de Porto Nacional está se estruturando de forma excludente, não incorporando nas atividades principais (produção e comercialização) os trabalhadores e comerciantes locais, pois os mesmos não estão conseguindo se associar a essas atividades nos níveis de comando. Para estes, na estruturação do agronegócio que vem ocorrendo neste município, estão ficando apenas as atividades secundárias, onde a remuneração desses trabalhadores e o movimento de capital dessas empresas são significativamente inferiores ao capital envolvido nas atividades principais.

Referências

CASTRILLON FERNANDEZ, A. J. **Do Cerrado a Amazônia:** as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso. Porto Alegre. 2007. Disponível

em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14276/000660540.pdf?sequence=1>.
Acesso em: Junho de 2015.

EMBRAPA. **Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil** / Elena Charlotte Landau ... [et al.]. -- Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do território**. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

IBGE. **Cidades@**, 2013. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=171820&search=tocantins|porto-nacional>. Acesso em: abril de 2015.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em Junho: de 2015.

INVESTCO - PBA 23 – **Remanejamento da população rural da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães**, Palmas, outubro de 2001.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: Julho de 2015.